

A Cidade entre o Real e o Imaginário: o papel da memória na construção das diferentes identidades urbanas

Pablo de Souza Oliveira¹

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar como se conformaram as identidades de diversos grupos sociais em uma pequena cidade do Vale do Jequitinhonha mineiro por meio de imagens criadas por um determinado grupo a partir das práticas e experiências sociais vivenciadas por eles e, aqui, analisadas em memórias relacionadas ao início da década de 60. Apesar da falta de infra-estrutura e dos problemas sociais da cidade, no discurso oficial os problemas são minimizados ou esquecidos, construindo a imagem de uma cidade em progresso. Também nas experiências representadas pelas memórias de “leitores especiais” da cidade vemos a construção de identidades que põem em jogo a dicotomia cidade/campo, e desvelam a rede de significados associados às práticas e experiências de grupos que a possibilitaram.

PALAVRAS – CHAVES: cidade, imaginário, memória, identidade.

ABSTRACT:

The objective of this work is to analyze as they conformed to the identities of several social groups in a small city of the valley of Jequitinhonha in Minas Gerais through images created by a certain group starting from the practices and social experiences lived by them and, here, analyzed in memoirs related to the beginning of the decade of 60. In spite of the infrastructure lack and of the social problems of the city, in the official speech the problems are minimized or forgotten, building the image of a city in progress. Also in the experiences acted by the “special readers” of the city memoirs we can see the construction of identities that play with the dichotomy city/country, and they reveal the net of meanings associated to the practices and experiences of groups that made possible her.

KEYWORDS: city, imaginary, memory, identity

¹ Mestrando em História pela Universidade Severino Sombra, USS – Vassouras, RJ.

1- Introdução

Uma cidade pode abrigar tantas outras quanto as ações e pensamentos humanos são capazes de reconstruir, seja pelo uso que se faz de seus espaços e que pode modificar-lhes o sentido, seja pelas memórias dos seus moradores, ou pelas imagens que, de forma oficial ou não, são criadas e transmitidas.

Neste trabalho cruzaremos dados objetivos como os do censo de 1960, com outros subjetivos dos órgãos oficiais da cidade e das memórias que se formaram por meio de crônicas e poemas que registram memórias relativas ao nosso período de interesse, assim como depoimentos gravados com antigos moradores da cidade sobre os primeiros anos da década de 60. Entendendo estes dados subjetivos como construções seletivas, mostraremos seu papel na formação da identidade de moradores da sede municipal de Novo Cruzeiro - MG.

Optamos por realizar esta análise com fontes que se referem aos primeiros anos da década de 60, pois, em 1966, a Estrada de Ferro Bahia e Minas, ferrovia que passava pela cidade foi desativada, e isso trouxe uma nova gama de representações que não serão discutidas aqui.

2- A cidade e a realidade plural: memória e imaginário formando identidades

O povoado que deu origem à cidade de Novo Cruzeiro foi fundado em 1917, com a construção da capela de São Bento, surgindo em torno dela as primeiras moradias. Com a chegada da Estrada de Ferro Bahia e Minas em 1924 sua ocupação ganhou impulso e em 31 de dezembro de 1943 foi criado o município de Novo Cruzeiro.²

Segundo o censo de 1960, a população estimada era de 36.290 habitantes, sendo 18.400 homens e 17.890 mulheres. Apenas 31,2% da população, era considerado economicamente ativo. As atividades predominantes eram as agropecuárias e extrativas, estando concentrada nestas 84,31% de toda a população; entre esses são contadas as pessoas sem remuneração que auxiliam o trabalho de pessoas da família.

² Os dados apresentados neste parágrafo foram extraídos da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume XXVI: Minas Gerais, M-Q. Publicação comemorativa do 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 29 de maio de 1959. Rio de Janeiro, 1959.

De toda a população, apenas 20,84% sabiam ler e escrever. Não havia rede geral para abastecimento de água ou esgoto, sendo este destinado às fossas ou rios. O serviço de energia elétrica era precário e oferecido pela usina hidrelétrica da cidade, que servia a 225 domicílios, apenas 3,42% do total, e praticamente todos localizados na sede.

Os imóveis se sucediam margeando a linha férrea. As ruas eram pouco transitadas por pedestres ou veículos, mesmo durante o dia, como pode ser observado em fotografias do período. Essa calma era quebrada nos horários de passagem do trem, que rompia o silêncio e movimentava a avenida com as pessoas que chegavam ou esperavam para viajar ou receber ou enviar encomendas, além dos carregadores, quitandeiras e pessoas que chegavam às portas e janelas para ver o movimento.

Dentre os espaços de lazer, dois clubes de futebol se destacam: o Madureira e o Valença. Nas sedes e campos desses clubes, além das freqüentes partidas de futebol, eram realizadas festas e reuniões sociais, algumas gratuitas e outras não.

A matriz de São José era a igreja mais freqüentada. Após as missas, aos domingos, frequentemente tinha leilão e barraquinhas. No mês de julho se realizava a festa do padroeiro (São Bento) onde se agrupavam pessoas da sede municipal e dos distritos.

Uma atividade comum, para quem pudesse pagar, era ir ao Cine-teatro, que exibia filmes, apresentações de bandas locais, e peças de teatro. Não era um espaço exclusivo de lazer, já que algumas solenidades oficiais, como posse de prefeitos e vereadores, eram ali realizadas.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, a cidade ainda possuía: duas bibliotecas, uma estudantil e outra pertencente à Câmara Municipal com 100 e 400 volumes respectivamente; 1 hospital, com 20 leitos; 1 serviço de saúde; 2 hotéis e 1 pensão.

Como se observa, a cidade se distanciava do modelo de urbe da segunda metade do século XX, que já via em seu cenário grandes praças, largas avenidas, ruas calçadas, automóveis, letreiros etc. Se distanciava, também, de propostas que se assemelham às do economista José Eli da Veiga, que considera que os critérios para a definição de uma localidade como cidade no Brasil deveriam se alinhar aos aplicados por alguns países estrangeiros, onde:

O mais comum é a combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe. Exemplo ilustrativo é Portugal, onde a lei determina que uma vila só será elevada à categoria de cidade se, além de contar com um mínimo de 8 mil eleitores, também oferecer pelo menos metade dos seguintes dez equipamentos: a) hospital com permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) casa de espetáculos e centro cultural; e) museu e biblioteca; f) instalações de hotelaria; g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; h) estabelecimentos de ensino pré-primário e creches; i) transportes públicos, urbanos e suburbanos; j) parques e jardins públicos. (2004: 26).

Considerando as palavras de Veiga, as características de nossa “cidade” correspondiam mais às localidades designadas como roça, dada a densidade demográfica de menos de 15 habitantes por quilômetro quadrado. Somam-se a falta do asfalto e do calçamento em suas ruas, as más condições de saneamento e iluminação, bem como a tranqüilidade típica dessas localidades, que, como já dito, eram quebrados nos horários em que o trem passava. Contudo, queremos demonstrar que na construção de identidades ligadas à dicotomia cidade/campo, o imaginário social, os usos do espaço, as práticas e experiência³ sociais são fatores importantes que merecem ser levados em conta.

Vejamos então as imagens fornecidas por documentos oficiais da época. Os problemas de saneamento, educação, energia e comunicação, identificados pelos dados do senso, não aparecem de forma tão explícita na imagem que nos é oferecida com as Atas de reunião da Câmara Municipal e com as prestações de conta do executivo municipal. Dezenas de vezes a palavra “progresso” aparece nos discursos dos vereadores, deixando a impressão de que a cidade caminhava rumo ao desenvolvimento. Preocupações com as áreas de lazer da cidade eram constantes. Em 1961, foi criada até uma lei, que previa auxílio financeiro para os clubes recreativos e de futebol Madureira e Valença.

Nas prestações de contas da prefeitura, até 1966, as despesas mais comuns eram os pagamentos de funcionários, pagamentos em favor da EFBM por serviços prestados, auxílio aos clubes e manutenção de estradas carroçáveis.

O jornal da cidade (*O Novo Cruzeiro*), fundado pelo prefeito José Moura em 1962, circulava quinzenalmente, e por ele a prefeitura divulgava seus feitos, leis, artigos informativos e acontecimentos sociais como festas e peças de teatro. Em seu primeiro número, na primeira página, a matéria cujo título é “Novo Cruzeiro em franco progresso”,

³ Principalmente no sentido que E. P. Thompson atribui ao termo em *A miséria da teoria*. 1981.

5

identifica a cidade como “um reduto de trabalho, ordem e progresso” (O NOVO CRUZEIRO, 1962: 01), e segue, com continuação na quarta página, divulgando as obras do prefeito José Moura:

Construção do Grupo Escolar [...], aquisição de mobiliário novo (*sic*) para vinte salas de aulas do grupo da cidade; elaboração de convênio com o Estado de Minas Gerais para instalação de 79 escolas rurais [...]; compra de um motor a diesel para iluminação pública da cidade; compra de motores para iluminação pública dos distritos de Itaipé e Catugí; compra de prédios (e sua adaptação) para sedes (*sic*) dos clubes “Madureira e Valença”, ambas dotadas de móveis fôrmicos moderníssimos; compra de um caminhão [...]; ligação rodoviária de Queixada à vila do Lufa, centenas de metros de “bueiros” na cidade; construção de diversas pontes dando livre acesso à cidade; compra de instrumental e formação de uma Banda de Música; emplacamento das ruas da cidade; compra de um prédio para instalação do Cinema Municipal; aquisição de máquinas para o serviço interno da Prefeitura; remodelação do total do prédio da prefeitura; tornado-o um dos melhores do nordeste; compra de um Trator KT 10 (alemão – importação direta); início de uma grande obra urbanística na Praça da Matriz, logradouro local; aquisição e doação ao Estado para construção do “fórum” [...], levantamento da planta cadastral da cidade, destinada ao abastecimento de água [...]. (O NOVO CRUZEIRO, 1962: 01 e 04).

A construção de uma imagem da cidade vinculada ao progresso entra em contraste com os resultados do censo de 1960, que mostrava os problemas de infra-estrutura que dificilmente seriam resolvidos de forma rápida. Visto do nosso tempo, o jornal se mostra importante na construção da identidade urbana da época, articulando termos como “progresso” e “modernidade” à cidade.

Percebe-se que identidade social e realidade social não são necessariamente compatíveis. Apesar de todos os problemas explicitados através do censo de 1960, num artigo presente no mesmo número do jornal citado encontramos:

É fora de dúvida (*sic*), que esta localidade, na sadia perspectiva de avanço mais acentuado e promissor por que passa, equiparar-se-á, em curto período, às cidades modernizadas [...]. (O NOVO CRUZEIRO, 1962: 04).

Como a maioria da população não sabia ler e escrever e a distribuição do jornal não era gratuita, apenas um pequeno grupo, letrado e com recursos para compra-lo, o recebia, dependendo de sua vontade a transmissão ou não deste discurso para a maioria da população.

A imagem que associa a cidade à modernidade e ao progresso é reforçada pela presença da ferrovia, um elemento que, nos diversos lugares em que chegava, transformava-os em espaços de relações capitalistas, de forma que “culturas viram seus

6

modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir, interpelados pelos padrões burgueses europeus” (LESSA, 1993: 18). Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a ferrovia tornou-se o “espetáculo-síntese do capitalismo industrial” (LIMA, 2003: 20).

Estes significados acompanharam a ferrovia em Novo Cruzeiro. Como se percebe nas palavras de Gomes ao referir-se à inauguração da estação da cidade e o que isso, em sua visão, significou:

Em 1924 o trem chega a Gravatá num alvoroço de progresso que despertou o pacato povoado. Na voracidade do trem de ferro, tomando ares de cidade com a facilidade de exportar suas riquezas e produtos que deslizaram pelos trilhos do desenvolvimento [...]. (2006: 49).

Já Pedrelina Rocha de Jesus, moradora da cidade, procurou descrever em uma crônica intitulada *Chegada do Trem de Ferro a Novo Cruzeiro*⁴ sua impressão da situação da cidade e a reação dos seus moradores quando da chegada da ferrovia, identificando os moradores da cidade como caipiras que se espantaram ao ver a máquina.

[...]. Estava tudo pronto, só esperavam o dia em que o trem chegasse pela primeira vez.

Haviam diversos trens: o pagador, o carregador, de dormentes, lenha e, outros materiais. Havia também aquele que conduzia passageiros, uma máquina com cinco ou seis vagões. A este davam o nome de horário, pois tinha hora certa de chegar. Mas aquele povo caipira não sabia falar horário, eles falavam oral.

Estava já programada a chegada do horário e todo o povo já estava esperando na estação. Mas quando o trem apitou lá no Triângulo o povo começou a correr, gritar, desmaiar. Quando foi se aproximando da estação, apitando, fazendo aquele barulhão aí é que foi o alvoroço... Uns gritavam, corriam, outros caíam de joelhos com as mãos estendidas gritando: É o santo oral! Bença Santo oral!...

[...]

Bem, os anos se passaram. 15 anos depois, uma menina da roça, com oito anos de idade, ainda não conhecia o trem, sua mãe a trouxe para conhecê-lo. Quando estavam chegando na boca do corte, o trem deu um apito. Ela gritou: Mãe isso é o jumento da vovó que está urrando? Sua mãe respondeu: não, isso é o oral.[...].

Percebe-se em sua crônica a relação da ferrovia com horários certos, o que nos sugere um novo ritmo cotidiano alinhado ao ritmo que a ferrovia impunha. A autora

⁴ In: COENA, Comissão Organizadora de Encontros de Neocruzeirenses Ausentes (org.). **I Livro Coletivo de Novo Cruzeiro.**

7

revela a novidade que ganhava *status* de santidade pelo povo do pequeno povoado. Contudo, ao fazer um salto temporal de quinze anos, já se nota a divisão na construção de identidades entre pessoas da roça e da cidade, aquelas vistas como mais “ingênuas” que estas, demonstrando que a ferrovia também influenciara este tipo de construção.

Além da já citada movimentação nos horários que o trem passava, outra ocasião em que se reuniam considerável número de pessoas era os jogos de futebol, principalmente quando envolviam os dois principais clubes da cidade. A rivalidade entre os clubes que, dividia os torcedores, é cristalizada em forma de um clássico neocruzeirense. Como relata o senhor Ary Blasco Castro: “Ah... Aí é Atlético e Cruzeiro. Na época né. Rivalidade muito sem brincadeira.[...]. E jogava aqui sempre os dois. O dia que um perdia e outro ganhava vou falar pr’ocê viu... Tinha briga”.⁵

Estes clubes também organizavam os carnavais na cidade com folias nas ruas e bailes nos clubes. Através de fotos encontradas no acervo da Prefeitura Municipal podemos construir imagens destas festividades. Diferente das folias, onde as pessoas são vistas com fantasias improvisadas e muitas descalçadas, nos bailes, membros da banda, vistos no palco com roupas parecidas e pessoas bem vestidas sugerem certo glamour. Além disso, a presença de crianças nas fotografias mostra que estes bailes não eram reservados apenas aos adultos, sendo propícios para frequência de famílias.

Uma animação diferente se percebe com as lembranças das disputas eleitorais. Quatro partidos tinham representação: o PSD, a UDN, o PTB e o PR. O senhor Alípio Maravilha dos Santos, que chegou a ser vereador por dois mandatos, se lembra que “era uma rivalidade danada, de até ter briga. Um ficava inimigo do outro por causa da política”⁶.

A divisão partidária e as disputas políticas presentificavam, para os moradores do município, as rivalidades partidárias nacionais, que ali se refletiam, colocando-os em sintonia com o cenário político nacional.

O movimento na estação, a presença diária do trem de ferro, as disputas eleitorais, os jogos de futebol, os bailes de carnaval, nos mostram a imagem de pertencimento de grupo destas pessoas que viviam muito próximas umas das outras e procuravam se diferenciar dos “moradores rurais”. A isso se soma a semelhança de suas atividades de trabalho, o que na prática sugere uma diferença simples: a maior parte da população do

⁵ CASTRO, Ary Blasco – Depoimento – Novo Cruzeiro, 28/10/2007.

⁶ SANTOS, Alípio Maravilha dos – Depoimento – Novo Cruzeiro, 17/01/2008.

8

campo estava ligada a atividades agropecuárias enquanto na cidade a população se envolvia mais com o comércio e o funcionalismo público. Como Ciço declara: “Quase todos nossos pais tinham armazém” (1988: 40). Neste sentido, muitas das atividades descritas até aqui, bem como as festas religiosas, significavam o encontro entre a gente da cidade com a gente da roça. Como presente na crônica de Dedim de Ciço: “Quando pelo Natal, época de São João, dia das Pastorinhas, qualquer época, era dia para o ajuntamento do pessoal do comércio e da roça” (CIÇO, 1988: 37).

Na mesma crônica, ao referir-se às brincadeiras com busca-pés durante as festas de São João, este sentimento de separação entre a gente da cidade e a gente da roça é explicitado:

A gente era tudo vizinho. Foi passando um pessoal da roça e nós soltamos um deles. Viraram bode no lajedo. Pararam lá em frente à loja do finado Pedro Rosa, e tiveram coragem de apanhar algumas pedras e mandar na nossa direção (1988: 41)

3- Considerações Finais

Apesar da cidade não possuir todos os elementos que, dentro de um modelo internacional, a classificariam como “urbe”, a identidade construída pelos administradores e moradores da sede municipal a diferenciam da roça propriamente dita. Muitos fatores colaboraram para isso, a começar pelo ingresso do povoado no itinerário da Estrada de Ferro Bahia e Minas, que possibilitou a formação de novos costumes cotidianos, marcados pela presença do símbolo do desenvolvimento capitalista, bem como a imagem de ligação direta com áreas desenvolvidas e o porto.

Com o crescimento do povoado e sua elevação ao posto de cidade em 1943, outros elementos como cinema e clubes se somaram. Contudo, o que constrói a identidade não são as coisas e sim as pessoas que produzem e fazem circular as imagens que as identificam. Assim, através das memórias registradas referentes ao início dos anos 60, vemos que havia uma diferença de identidade entre as pessoas dos distritos, chamados de roça, e das pessoas moradoras da sede municipal, largamente identificada como a cidade, o que qualifica a identidade de cidadãos de seus moradores.

4- Referências Bibliográficas

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VII Recenseamento Geral do Brasil**. Série Regional, vol. I, tomo IX: Minas Gerais. 1960.

CIÇO, Dedim de. **A Doce Voz de Suas Vidas**. Belo Horizonte: Arte Quintal, 1988.

COENA, Comissão Organizadora de Encontros de Neocruzeirenses Ausentes (org.). **I Livro Coletivo de Novo Cruzeiro**. ed. independente, 1988.

FERREIRA, Jurandir Pires (planejada e orientada por). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXVI: Minas Gerais, M-Q. Publicação comemorativa do 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 29 de maio de 1959. Rio de Janeiro, 1959.

GOMES, Jaime. **Um Trem Passou em Minha Vida**. Teófilo Otoni, ed. do Autor, 2006.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. 1993. Dissertação (mestrado). Unicamp, Campinas.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. **A Máquina, Tração do progresso: Memórias da Ferrovia no Oeste de Minas: Entre o Sertão e a Civilização 1880-1930**. 2003. Dissertação (mestrado). UFMG. Belo Horizonte.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEIGA, José Eli da. *Nem tudo é Urbano*. In: **Ciência e Cultura**. Vol.56 no. 2. São Paulo, Abr./Jun. 2004.